



2024

# FICHA TÉCNICA

**Realização:** Iniciativa Direito à  
Memória e Justiça Racial -  
IDMJRacial

**Coordenação:**  
Fransérgio Goulart e Giselle  
Florentino

**Texto:** Giselle Florentino

**Diagramação:** Gisele Florentino

**Design Gráfico :** Giselle Florentino

**Foto da Capa:** Autores  
desconhecidos

---

Publicado originalmente em 2023 pela  
Iniciativa Direito à Memória e Justiça  
Racial.

Todos os direitos reservados. Esta publicação  
possui direitos autorais, mas pode ser  
reproduzida livremente por quaisquer meios,  
para fins educacionais, de militância e de  
campanhas, não podendo ser comercializado.

Para saber mais da IDMJR:  
<https://dmjracial.com/>

# CONTEXTO ECONÔMICO



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## IDMJRacial

Somos uma organização social da Baixada Fluminense que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado, a partir da centralidade do racismo e do combate aos privilégios da branquitude.

Para saber mais, acesse: [dmjracial.com](http://dmjracial.com)

## CONTEXTO ECONÔMICO



A previsão de crescimento econômico fluminense para 2024 é de 2,5%, segundo os dados do IBRE/FGV, esta perspectiva de alta no PIB estadual deve-se a tendência de aumento do preço do petróleo no mercado internacional, gerando o crescimento das receitas de royalties, que podem ampliar os investimentos públicos no estado para o próximo ano, bem como, um cenário nacional favorável desaceleração da inflação e o início do ciclo de queda na taxa de juros somada a intenção do governo federal no fortalecimento da dinâmica produtiva regional.

O atual cenário econômico do Rio de Janeiro é de expansão da atividade econômica, liderada pelo crescimento do setor de comércio e serviços, uma melhora na dinâmica do mercado de trabalho formal, registrando o menor patamar em 6 anos da taxa de desemprego, além da diminuição da taxa de inflação, principalmente no grupo de alimentação e bebidas, indicando uma recuperação do poder de compra da classe trabalhadora neste final de ano.

Entretanto, os indicadores econômicos positivos atuais ainda não refrearam os impactos da crise fiscal e política do Rio de Janeiro nos últimos anos. O Executivo estima um déficit de R\$ 8,53 bilhões para o próximo ano, com receita corrente líquida de R\$ 113,09 bilhões e as despesas chegando aos R\$ 104,6 bilhões.

O déficit calculado é fruto da adesão do Estado ao Novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) permitindo o alongamento do prazo de pagamento das dívidas com a União, que já está estimado em aproximadamente R\$186 bilhões. O valor da dívida que será pago ao governo federal neste ano é de R\$ 4,7 bilhões, podendo ser de até R\$ 8,6 bilhões em 2024.

E para piorar a situação, devido a uma alteração na Lei complementar federal 194, que, desde julho de 2022, diminuiu as alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

**Receitas**

**R\$ 113,09 bi**

**Despesas**

**R\$ 104,56 bi**

**Déficit**

**R\$ 8,53 bi**

**Previsão da LDO 2024:**

**R\$ - 3,6 bi**

**Aumento do Déficit em:**

**23%**

# CONTEXTO ECONÔMICO



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## CONTEXTO ECONÔMICO



Apenas no ano passado, a perda do estado com o corte foi de R\$ 3,6 bilhões e a previsão para até o fim de 2023 é de chegar a R\$ 10 bilhões. Ressalta-se que a principal arrecadação do Estado é através de impostos, a Receita Fiscal no Rio de Janeiro é completamente dependente dos tributos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 78% dos rendimentos do estado fluminense são oriundos do ICMS.

O petróleo é a principal commodities de exportação fluminense e em relação aos royalties, as previsões internacionais indicam alta do preço do barril de petróleo - devido aos ataques de Israel à Palestina, com um crescimento de 5,22% do barril de petróleo tipo brent desde o início dos conflitos. O Banco Société Générale prevê que o preço chegue ao patamar de US\$ 100 até o final do ano, permitindo um aumento na arrecadação de royalties para o governo estadual.

Em um cenário de perda de arrecadação do ICMS, menos volume de verbas provenientes da concessão da Cedae é urgente revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e um refinanciamento da dívida pública com a União.

A análise feita pelo Executivo Estadual acredita em aumento da arrecadação tributária em 2024, melhoras nos índices de atividade produtiva e retomada na geração de emprego formal mesmo sem apresentar no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES realizar a atração de investimentos, aumento na arrecadação tributária e pagamento da dívida da União ainda sob Regime de Responsabilidade Fiscal que perdurará até 2031, impedindo a expansão dos gastos sociais para fortalecimento da proteção social da população fluminense.

Ademais, em menos de 3 meses o Poder Executivo alterou a previsão de déficit para 2024, com um aumento no rombo das contas públicas de cerca de 23%. A LDO previa um déficit de R\$ 3,6 bilhões e a LOA chegou alterando a previsão de déficit para R\$ 8,53 bilhões.

Durante a apresentação das contas públicas em audiência pública na Alerj, o Secretário de Planejamento e Gestão, Adilson de Faria Maciel, informou que alteração do déficit foi devido a mudanças das projeções do mercado para o próximo ano. Entretanto, nem a previsão do PIB estadual e indicadores econômicos fluminense foram apresentados como parâmetros de análises.

A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle indicou que não foi apresentado os demonstrativos de benefícios fiscais e nem justificativas para alteração das metas fiscais, incluindo o aumento do déficit e determinou um prazo de 7 dias para o envio dos esclarecimentos e justificativas para a expansão do déficit e ausência de demonstrativos de benefícios fiscais.

Fica evidente que o Poder Executivo não possui controle sobre o grau de complexidade dos impactos da dívida pública para com a União, nem tampouco sobre os dispositivos para aumentar a arrecadação fiscal - até este momento não foi apresentado o Plano de investimentos.

O horizonte apontado pelo governo mais uma vez é um receituário neoliberal com cortes de gastos públicos e sucateamento do aparelho estatal. Até este momento o governo estadual não apresentou uma saída palatável para o financiamento das despesas do Estado e nem um plano de pagamento com as dívidas para com a União.

# PEDES



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## De Olho na Alerj! 🔍

Busca acompanhar, monitorar e sistematizar as ações e proposições legislativas no campo de Segurança Pública no Parlamento fluminense dada a potencialização da política de militarização e milicialização nas favelas e periferias.

Assine nossa Newsletter: <https://bit.ly/3e9Ay76>

### PEDES

O PEDES é uma ferramenta de planejamento estratégico governamental, de médio e longo prazo, que visa direcionar as ações estatais para o desenvolvimento regional socioeconômico inovativo e sustentável.

- Complexo de petróleo e gás;
- Complexo da economia do mar;
- Complexo da economia da saúde;
- Complexo de infraestrutura e logística;
- Complexo da economia verde; e
- Complexo de cultura e turismo.

Parlamentares da Alerj anunciaram que vão adicionar o **Complexo de Segurança Pública**, como área prioritária no PEDES.

## PEDES



O Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES foi criado através da Emenda Constitucional no 92/2022, sendo uma ferramenta de planejamento estratégico governamental, de médio e longo prazo, que visa direcionar as ações estatais para o desenvolvimento regional socioeconômico inovativo e sustentável. O PEDES terá a duração de 8 anos, devendo ser revisado a cada 4 anos, na forma de Projeto de Lei, observando o processo de monitoramento e avaliação de resultados das suas ações.

As principais frentes de atuação do PEDES são: a erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional da população fluminense, segurança hídrica no território fluminense, a descarbonização do Estado do Rio de Janeiro, redução do impacto dos resíduos sólidos, vantagem competitiva associada à economia do conhecimento, ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego e economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas. Para dar conta desta atuação, será mobilizado 5 complexos produtivos para promover desenvolvimento da economia regional do Estado do Rio de Janeiro.

E um dos complexos prioritários é o de economia do mar, que inclusive foi criada uma Secretaria de Estado exclusivamente para tratar sobre o tema. A Economia do Mar se refere ao conjunto de atividades econômicas do petróleo e gás, indústria naval, setor pesqueiro, defesa, turismo e biotecnologia marinha. Contando com um orçamento de R\$ 131 milhões e sem apresentar nenhuma perspectiva de saldo de empregos gerados ou previsão de receitas e encadeamentos produtivos. Ao mesmo tempo que assistimos a expansão dos negócios das milícias para as atividades marítimas e crescimento do comércio de armas, drogas e falsificações liderados por esses grupos. Muita coincidência?

# PLANO PLURIANUAL 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

Na análise do orçamento público é possível observar as diretrizes da política econômica e também quais serão as áreas prioritárias para o Governo. O Plano Plurianual - PPA, o projeto de lei é formado a partir da elaboração de programas e ações que são conjuntos articulados e multisetoriais de ações com um objetivo comum para resolução de problemas sociais e econômico. A programação do PPA 2024-2027 no Governo Cláudio Castro passou por mais uma completa reformulação, conta 37 programas, 195 iniciativas, 1052 produtos e 522 ações orçamentárias.

O PPA agora conta com as instâncias de iniciativas e indicadores de programas, além da compatibilidade com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS para facilitar a avaliação e acompanhamento da execução e planejamento orçamentário. Ocorreu uma diminuição de quase pela metade nos programas construídos pelo Executivo, que segundo a Secretaria de Planejamento não apresenta prejuízo na atuação governamental. Entretanto observamos um alto grau de aglutinação de temáticas e pouco materialidade nas metas físicas e financeiras.

São 32 programas para o quadriênio, divididos por temas de atuação. O programa que possui maior previsão orçamentária é o Estratégia e Gestão da Saúde com R\$ 9,6 bilhões, seguido por Mobilidade Sustentável com R\$ 5,1 bi, Meio Ambiente e Sustentabilidade com R\$ 2,8 bi e Direitos Humanos e Cidadania com R\$ 2,5 bi.

Contudo, ao analisar as rubricas de cada programa, ao contrário do que imaginávamos o programa Direitos Humanos e Cidadania não possui rubricas exclusivamente para a proteção social, na verdade a maior parcela do orçamento deste programa é destinada para o Detran, que anteriormente estava articulado com as temáticas de segurança pública. Dadas as alterações metodológicas não é possível realizar uma comparação entre o PPA 24/27 com o PPA 20/23.

Programas PPA 2024 - 2027	em R\$	em %
Estratégia e Gestão da Saúde	R\$ 9.629.606.075,45	27,3%
Mobilidade Sustentável	R\$ 5.173.905.157,00	14,7%
Meio Ambiente e Sustentabilidade	R\$ 2.846.718.904,04	8,1%
Direitos Humanos e Cidadania	R\$ 2.585.029.022,00	7,3%
Desenvolvimento Territorial	R\$ 1.936.439.671,00	5,5%
Política Habitacional e Regularização Fundiária	R\$ 1.931.197.435,00	5,5%
Educação Básica	R\$ 1.530.622.702,00	4,3%
Gestão do SUAS, Proteção Social e Redução da Pobreza	R\$ 1.212.206.933,00	3,4%
Ensino Superior	R\$ 1.054.780.937,00	3,0%
Gestão do Patrimônio Imóvel	R\$ 928.299.321,00	2,6%
Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 799.156.600,00	2,3%
Sistema Prisional e Ressocialização dos Custodiados	R\$ 670.876.530,00	1,9%
Resiliência, Redução de Risco, Resposta e Recuperação em Desastres e Emergências	R\$ 653.565.197,00	1,9%
Investimentos e Desenvolvimento Econômico	R\$ 463.342.160,00	1,3%
Gestão de Tecnologia da Informação e Governo Digital	R\$ 456.731.301,00	1,3%
Oferta de Bens Culturais e Fomento à Cultura	R\$ 444.471.697,00	1,3%
Desenvolvimento do Turismo	R\$ 425.334.862,00	1,2%
Prevenção, Violência e Combate à Criminalidade	R\$ 414.291.809,00	1,2%
Controle Externo	R\$ 357.685.545,00	1,0%
Efetividade da Prestação Jurisdicional	R\$ 305.200.000,00	0,9%
Fortalecimento da Gestão Pública	R\$ 295.543.541,00	0,8%
Segurança Alimentar e Nutricional	R\$ 216.364.344,00	0,6%
Defesa dos Interesses do Estado	R\$ 168.353.510,00	0,5%

# PLANO PLURIANUAL 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## QUADRIÊNIO

### PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E COMBATE À CRIMINALIDADE

**R\$ 2,1  
BILHÕES**

**R\$ 746  
MILHÕES**

Atuação da SEPM na  
Prevenção da Violência e do  
Combate à Criminalidade



**R\$ 482  
MILHÕES**  
Segurança Presente



**R\$ 212 MILHÕES**

Ações Estratégicas e de  
Tecnologia da Polícia Militar



(unidades)

**1.060.000**

**Operações de Patrulhamento**

Fonte: Seplag/RJ

## PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

O programa que trata sobre questões de segurança pública é o de Prevenção à violência e combate à criminalidade, com R\$ 2,1 bilhões no quadriênio. Sendo um dos programas com menor investimento financeiro, já que os órgãos de segurança pública tiveram seus orçamentos desmembrados nos programas multisetoriais, ficando mais difícil identificar os valores gastos com a produção de morte do Estado.

Identificamos que no próximo quadriênio serão gastos R\$ 746 milhões apenas para a atuação da Secretaria de Polícia Militar no "combate a criminalidade", sendo R\$ 280 milhões - cerca de 37%, para a compra de armamento, equipamento de proteção individual e coletivo, munição, fardamento, manutenção, instrumento de menor potencial ofensivo e novas aquisições tecnológicas, funcionamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), aquisição de insumos e equipamentos para os Batalhões Especiais e Especializados, manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), conservação do legado da intervenção federal na área de Segurança Pública.

O Poder Executivo pretende gastar R\$ 482 milhões com o Programa segurança Presente, R\$ 212 milhões com ações estratégicas e de tecnologia da Polícia Militar e R\$ 409 milhões com a gestão da frota da Polícia Militar. Em relação à Polícia Civil, R\$ 188 milhões para a polícia técnico-científica, R\$ 13 milhões para novas unidades da Polícia Civil, R\$ 9 milhões para inteligência e segurança da informação e R\$ 120 milhões para gestão da frota. Além da previsão de 1,06 milhão de operações de patrulhamento que ainda não tem previsão de custo financeiro.

O Estado gasta mais com a promoção de uma política genocida e de encarceramento em massa através de ferramentas da militarização e suas consequências do que com a garantia da vida.

NÃO FOI OPERAÇÃO!  
FOI CHACINA!

# PLANO PLURIANUAL 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL ▼

O programa que trata sobre questões de privação de liberdade é o Sistema Prisional e Ressocialização dos Custodiados com R\$ 2,1 bilhões no quadriênio.

Em que SEAP no próximo ano possui um orçamento de R\$ 205 milhões para a alimentação e nutrição de todo o sistema prisional, com meta física de 87 mil refeições por ano, em que cada uma custa R\$ 2,35. É um escárnio e diz muito sobre o padrão de alimentação promovido pelo sistema prisional, que sempre está envolvido com denúncias de corrupção nos processos licitatório e baixíssima qualidade nos alimentos.

Para 2024 há a previsão da construção de 2 unidades prisionais custando cerca de R\$ 473 milhões, já no socioeducativo a previsão é de construção de 14 unidades sem previsão orçamentária no PPA 2024/2027.

Enquanto isso, foi destinado apenas R\$ 21,5 mil para custear o sistema de saúde penal, além da proposta de construção da Casa Parto Penal. É inaceitável e torturante o tratamento dado pelo Estado as pessoas privadas de liberdade, fica evidente que a prioridade orçamentária não é promover a ressocialização e sim gerar mortes letais e adoecimentos.

Ademais, a Fundação Santa Cabrini possui uma meta de qualificar 600 pessoas por ano no programa de empreendedorismo. A orientação política de políticas ara egresso deveria ser a articulação de empregos formais com garantias de direitos trabalhistas e econômicos e não a precarização da força de trabalho.

## QUADRIÊNIO

### SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO DOS CUSTODIADOS

R\$ 2,1  
BILHÕES

→ R\$ 205  
MILHÕES

para fornecer 87 mil refeições

que custam  
cada uma:

R\$ 2,35



Construção de  
2 UNIDADES  
PRISIONAIS



= R\$ 473  
MILHÕES

14 UNIDADES  
SOCIOEDUCATIVA

Fonte: Seplag/RJ



# PLANO PLURIANUAL 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## Programa de Prevenção à violência e combate à criminalidade - Em R\$.



Programa / Iniciativa	Meta Financeira				Total do Quadrênio
	2024	2025	2026	2027	Total
<b>Prevenção à violência e combate à criminalidade</b>					<b>R\$ 2,1 Bilhões</b>
Promoção da Integração entre a Sociedade e a Polícia Civil	110.999.239,00	201.791.040,00	215.830.593,00	227.372.124,00	755.992.996,00
Atuação da SEPM na Prevenção da Violência e do Combate à Criminalidade	189.699.440,00	199.790.366,00	189.951.765,00	167.179.866,00	746.621.437,00
Segurança Presente	85.524.169,00	120.005.250,00	132.005.512,00	145.205.788,00	482.740.719,00
Qualificação das Atividades de Polícia Judiciária	21.479.165,00	33.053.123,00	34.705.779,00	36.441.068,00	125.679.135,00
Fiscalização do Trânsito de Mercadorias e Combate ao Tráfico	6.449.796,00	6.972.285,00	7.110.900,00	7.466.445,00	27.999.426,00
Apoio às Polícias e ao Governo na Provisão de Segurança Pública	80.000,00	84.000,00	88.200,00	92.608,00	344.808,00
Transparência e Disseminação de Conhecimento sobre Segurança Pública	60.000,00	63.000,00	66.150,00	69.456,00	258.606,00

# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## ORÇAMENTO PÚBLICO - PLOA

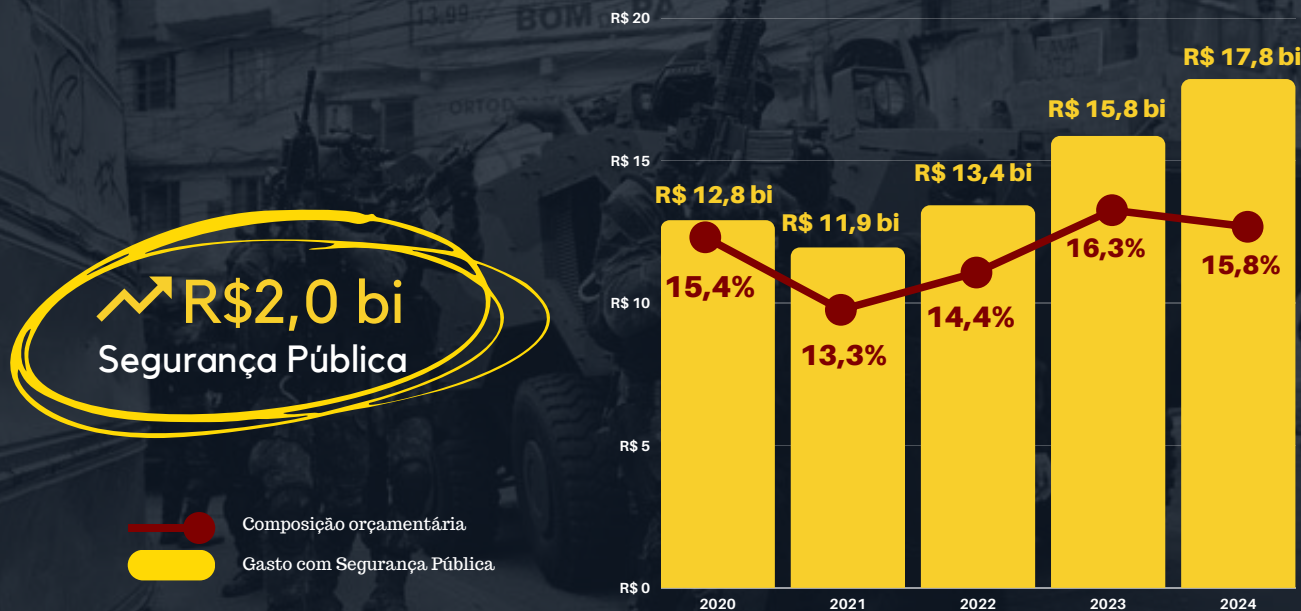


Ao examinarmos o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 do Estado do Rio de Janeiro, identificamos que o governo não apresenta uma saída palatável para o estímulo das atividades econômicas. Ao contrário, apresentou metas e prioridades completamente descolada da necessidade de amparo e assistência social que a população tanto necessita.

A composição orçamentária do Estado indica quais serão as áreas prioritárias para atuação governamental, o destaque fica por conta do enorme orçamento para Segurança Pública, a diminuição dos gastos sociais para Trabalho, Assistência Social e Saneamento. O orçamento de Segurança Pública é maior que a soma de pastas inteiras como Educação, Assistência Social, Trabalho, Cultura e Direitos Humanos!

Precisamos repensar o modelo atual de segurança pública, que utiliza **15,8% do total do orçamento público, equivalente a R\$ 17,8 bilhões de reais, um aumento de R\$ 2 bilhões em relação a PLOA 2023**. A prioridade do Governo no orçamento público é a execução e expansão de uma política de morte através do aumento da militarização da vida e o investimento em armamentos bélicos.

### Evolução do Orçamento de Segurança Pública na PLOA 2019 à 2024.



# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## ORÇAMENTO PÚBLICO - PLOA



A IDMJRacial gostaria de ressaltar que após a publicação da Projeto de Lei da LOA e do PPA, haverá o período de construção de emendas aos projetos de Lei. Os Parlamentares possuem 190 milhões de reais disponíveis para inserir na execução do orçamento público, cerca de 0,37% Receita Corrente Líquida do Estado, equivalente a R\$ 2,7 milhões de reais para cada Parlamentar adensar ao orçamento.

Neste ano, será a primeira vez que as emendas parlamentares serão impositivas no Rio de Janeiro, ressalta-se que obrigatoriamente 30% do valor individual seja aplicado em programas de saúde e outros 30% para a educação. Através do Projeto De Olho na Alerj, a IDMJR pretende reunir-se com parlamentares, movimentos sociais e organizações sociais para pensar estratégias de desinvestimentos das polícias e reforçar o orçamento para a proteção social. Dada a nova conjuntura de emendas impositivas, existe o risco de assistimos um volume ainda maior de oerçamento dedicado a segurança pública, devido a plataforma política da bancada da bala.

### Composição do Orçamento de Segurança Pública (PLOA 2024)



# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

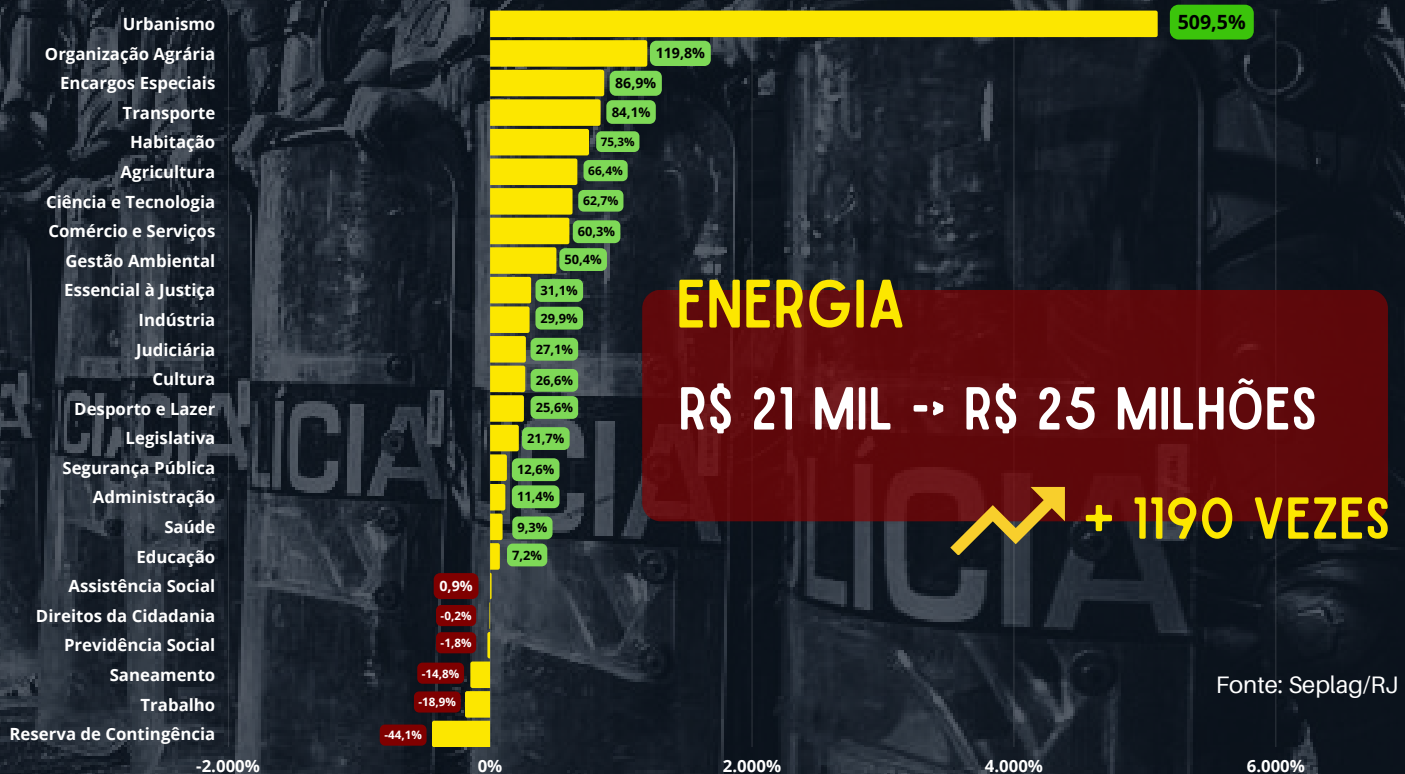
## ORÇAMENTO PÚBLICO - PLOA



Dada as alterações nas prioridades dos investimento do Estado através do PEDES, observamos grandes alterações na composição orçamentária da PLOA 2023 para 2024. O setor que registrou a maior variação é o de Energia, saindo de R\$ 21 mil para R\$ 25 milhões, um crescimento de 1190 vezes! Devido aos investimentos na diversificação da matriz energética e no estímulo a economia do mar. Por conseguinte, Urbanismo registrou um aumento de 509,5, seguido por Organização Agrária com 119,8%.

A maior retração observada foi em Reserva de Contingência(-44,1%), Trabalho(-18,9%), Saneamento (-14,8%), Previdência Social (-1,8%), Direitos humanos (-0,2%) e um tímido aumento na Assistência Social (0,9). Ocorreu uma retirada de orçamento nos setores de proteção social para a população e um incremento financeiro em áreas atrativas do setor privado.

### Evolução da Variação do Orçamento de Segurança Pública (PLOA 2024/2023)



# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## ORÇAMENTO PÚBLICO - PLOA

Atualmente a Polícia Militar e Civil compõem secretarias autônomas e com orçamento independente, incluindo fundos especialmente criados para financiar seus custos. O segundo maior gasto do orçamento público do Estado é para a manutenção das políticas de segurança pública.

**Apenas as Secretarias de Polícia Civil e Militar recebem juntas R\$ 12 bilhões de reais para custear suas atividades, aproximadamente 68% de todo o orçamento de Segurança Pública é consumido pelas polícias.** Estamos assistindo a um processo de radicalização da política de militarização e milicialização do governo estadual, em que coloca como prioridade na execução orçamentária a implementação de uma política de segurança pública baseada em confrontos, policiamento ostensivo e uso das tecnologias de vigilância. Além de retomar o programa de ocupações de favelas e periferias através da Intervenção Federal, que já se demonstrou um projeto falido e altamente letal para a população negra e pobre. O Estado rapidamente ressignificou as demandas dos ditos especialistas em segurança pública e está investindo quase R\$500 milhões de reais em tecnologia de informações e monitoramento tecnológicos, que na realidade nem de longe tocam na estrutura dorsal da violência urbana, apenas reproduz maior vigilância e controle direcionado aos corpos negros. Além do orçamento público do Ministério Público ser de R\$3,2 bilhões, mesmo assim não conseguem cumprir sua função institucional do controle das polícias. Ademais, quais os limites da autonomia do MP dentro da discussão orçamentária?

O resultado de uma política de segurança pública que envolve o investimentos em armas de fogo, drones atiradores, caveirões e equipamentos que visam o abate e subjugação da população, fortalecimento da truculência policial, legislação que legitima e isenta o abuso policial somado ao esvaziamento e amplo sucateamento das políticas sociais não poderiam resultar em outra realidade: recorde de assassinatos, execuções, desaparecimentos forçados e pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário.

Secretarias de Estado	em R\$	em %
Secretaria de Estado de Fazenda	R\$ 30.931.529.401,00	31,7%
Encargos Gerais do Estado	R\$ 14.901.386.079,00	15,3%
Secretaria de Estado de Saúde	R\$ 10.402.736.290,00	10,7%
Secretaria de Estado de Polícia Militar	R\$ 9.494.338.410,00	9,7%
Secretaria de Estado de Educação	R\$ 6.457.120.811,00	6,6%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 4.225.495.403,00	4,3%
Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar	R\$ 2.875.140.725,00	2,9%
Secretaria de Estado de Polícia Civil	R\$ 2.571.724.094,00	2,6%
Secretaria de Estado da Casa Civil	R\$ 2.213.807.370,00	2,3%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas	R\$ 2.055.909.566,00	2,1%
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana	R\$ 1.877.077.898,00	1,9%
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	R\$ 1.642.987.303,00	1,7%
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade	R\$ 1.462.139.578,00	1,5%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos	R\$ 991.658.550,00	1,0%

Fonte: Seplag/RJ



**ALERJ (R\$ 2,5 BI)**



**MINISTÉRIO PÚBLICO (R\$ 3,2 BI)**

\*As Secretarias de Reserva de Contingência, Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Estado de Cidades, Secretaria de Estado de Transformação Digital, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar, Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado Intergovernamental de Juventude e Envelhecimento Saudável, Secretaria de Estado de Turismo, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, Gabinete de Segurança Institucional do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado da Mulher, Vice-Governadoria do Estado, Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília representam menos de 1% cada um.

# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## SECRETARIA DE POLÍCIA MILITAR

R\$ 167  
MILHÕES

Policciamento



R\$ 71  
MILHÕES

Ações Estratégia e de  
Tecnologia da Polícia Militar

## SECRETARIA DE POLÍCIA CIVIL

R\$ 119  
MILHÕES

Policciamento



R\$ 46  
MILHÕES

Polícia Técnico-Científica



## ORÇAMENTO PÚBLICO - PLOA

Ao analisarmos as contas orçamentárias das Secretarias de Polícia Militar e Civil para 2024, identificamos como a máquina pública direciona virtuosas quantias de dinheiro para manutenção e expansão do aparato bélico da Polícia. Para 2024, cerca de R\$ 167 milhões de reais será utilizado com Policiamento da Polícia Militar. Além de R\$ 71 milhões de reais apenas para ações estratégicas e de tecnologia.

A Polícia Civil contará com um orçamento de R\$ 119 milhões para efetuar policiamento no próximo ano e R\$ 46 milhões apenas para investimento na polícia técnico-científica. Ao contrário do mito criado sobre a Civil ser uma polícia apenas investigativa, assistimos a diversas operações policiais comandadas pelas Unidades Especializadas da Civil, além de um constante reforço nas rubricas orçamentárias para atuação de inteligência e tecnologia.

Na última grande operação de ocupação da Maré identificamos policiais com equipamentos tecnológicos de produção de morte, bem como, de vigilância como drones, mapeamentos e até um Caveirão Ambulância. A meta física de operações policiais para a Civil é 2024 será 165 operações realizadas. Em que o aprisionamento de pessoas, a apreensão de drogas e armas e os registros de ocorrência são os parâmetros de produtividade de uma política de segurança pública tacanha e assassina.

Estamos na contramão do mundo, que está discutindo a urgência do controle das forças policiais, a importância do desinvestimentos das polícias e o direcionamento de gastos públicos para proteção social, bem como, ao desuso das tecnologias de vigilância e reconhecimento facial, devido ao seu caráter essencialmente racista.

# PLOA 2024-2027



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Em relação a SEAP, está programada a construção de 2 novas Unidades Prisionais, reformas das atuais e reforço no armamento e proteção dos agentes prisionais. Porém, ao observarmos a situação da população prisional identificamos que a SEAP apenas disponibilizou R\$ 50 mil para Assistência Hospitalar e Ambulatorial no sistema prisional, com meta de 90 mil pessoas atendidas. Não precisa fazer cálculos complexos para rapidamente identificar o sucateamento da prestação de saúde para privados de liberdade. Em relação a prestação de serviços de assistência social também recebeu uma rubrica de 50 mil reais. É um absurdo o desleixo com a população prisional.

Quando analisamos a composição orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, identificamos que foi direcionado apenas R\$14,2 milhões para a Política de Proteção e Valorização à Vida, que incluem Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, além das funções internas da secretaria de atendimento e proteção social ao 92 municípios do Rio de Janeiro.

Ademais, para uma cidade que se reivindica antirracista, foi destinado apenas R\$ 100 mil para políticas de Promoção à Igualdade e R\$ 100 mil para Promoção de Liberdade Religiosa.

## SEAP

**R\$ 50 MIL**

Assistência Hospitalar e Ambulatorial



-> Meta de 90 mil pessoas atendidas



**R\$ 50 MIL**

Defesa DHs e Oferta Serviços Assistenciais

## DIREITOS HUMANOS

**R\$ 14,2 MILHÕES**

HUMAN RIGHTS



Política de Proteção e Valorização à Vida



**R\$ 100 MIL**

Promoção Igualdade Racial

**R\$ 100 MIL**

Promoção Liberdade Religiosa



# DESFINANCIE AS POLÍCIAS



**DE OLHO NA ALERJ**  
UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

## DESFINANCIAR:

DRONES

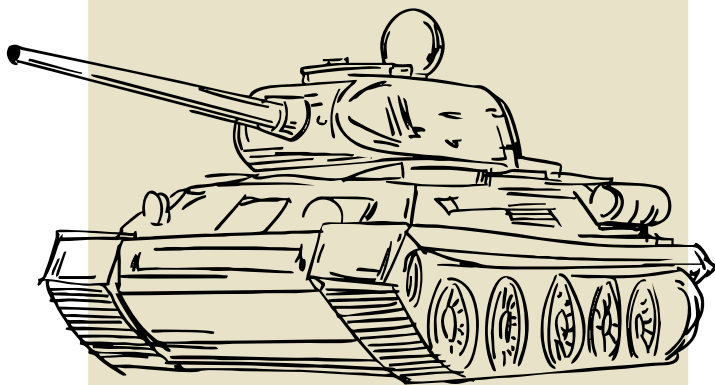
HELICÓPTEROS  
COMO PLATAFORMA  
DE TIROS

BLINDADOS

CAVEIRÃO-  
AMBULÂNCIA

RECONHECIMENTO  
FACIAL

ARMAS DE  
GUERRA



## DESFINANCIE AS POLÍCIAS



Não se trata de busca pela maior parcela de apreensão de drogas e armas e o tal combate a criminalidade, trata-se de genocídio do povo negro. Trata-se de racismo.

Trata-se de como a polícia possui uma função social de repressão, de coerção, de controle de massas. Dado que a mesma instituição que executa um homem por asfixia nas ruas de Minneapolis é aquela que invade casas nas favelas e periferias, humilha trabalhadores dentro de suas próprias residências, realiza confrontos com armas de guerras nas ruas, que desaparece com corpos, uma instituição programada para gerar encarceramento em massa e promover o genocídio cotidiano do povo negro em qualquer parte do mundo.

Por isso, acreditamos que não basta apenas realizar o monitoramento, análise e sistematização do orçamento público. Precisamos criar estratégias de incidência política para desfinanciar as polícias e seu arcabouço de produção de morte.



**DMJRACIAL.COM**  
@DMJRACIAL

**CONTRA A POLÍTICA DE MORTE DO ESTADO!**





